

Por Gustavo Loyola

Foi presidente do BC em duas ocasiões (1992-1993 e 1995-1997). Entre 2003 e 2006, presidiu o Conselho Fiscal do Itaú. É sócio-diretor da Tendências Consultoria

A agonia infundável dos Correios

A decadência da estatal tem causas estruturais profundas e que não são passíveis de solução por meio de ajustes em sua gestão empresarial ou na reestruturação de seu passivo financeiro

Por Gustavo Loyola

22/06/2026 05h01 - Atualizado 22/06/2026 22h05

A divulgação recente do estarrecedor resultado negativo dos Correios no primeiro trimestre de 2026 mostra que a crise que devasta a empresa está muito longe de acabar. Os Correios registraram um prejuízo líquido de R\$ 3,16 bilhões no primeiro trimestre de 2026, o que representa o pior resultado trimestral da história da estatal. Esse valor é 82,3% maior do que o rombo de R\$ 1,72 bilhão observado em igual período do ano passado, marcando o 14º trimestre consecutivo de prejuízos, sendo que a última vez que a empresa registrou lucro foi no início de 2022, ainda no governo Bolsonaro. Desde 2022, os Correios já acumulam um prejuízo de quase R\$ 28 bilhões, configurando, no momento, um patrimônio líquido negativo de cerca de R\$ 16 bilhões.

O atual estado de coisas nos Correios tem diversas causas, cujos efeitos cumulativos foram observados com maior intensidade nas últimas décadas. Alguns dos problemas da empresa podem até ser minorados por medidas administrativas, porém a decadência dos Correios tem causas estruturais profundas e que não são passíveis de solução por meio de ajustes em sua gestão empresarial ou na reestruturação de seu passivo financeiro.

As dificuldades atuais dos Correios originam-se em seu próprio DNA de empresa estatal. Como amplamente documentado na literatura e empiricamente observado na abundante experiência brasileira, as empresas controladas pelo Estado habitualmente sofrem com os males derivados da continuada interferência política, principalmente com a indicação de dirigentes despreparados e permeáveis a atos de corrupção e também com a falta de disciplina de mercado, notadamente em situações de monopólio, entre outros fatores que poderiam ser mencionados.

Com relação ao primeiro ponto, basta lembrar que os Correios estiveram no centro do escândalo que, em 2005, durante o primeiro mandato de Lula, deu origem ao chamado “mensalão”. Naquela ocasião, foi flagrado em vídeo o recebimento de propina de empresários por um dirigente dos Correios para repasses a políticos do “Centrão”. Na época, o escândalo rendeu uma CPMI e o indiciamento de vários políticos graúdos, mas o curioso foi a reação do governo à época optando por retirar os Correios da barganha política de cargos no Congresso para entregar sua direção exclusivamente a quadros de sindicalistas ligados ao PT, que logo trataram de multiplicar cargos na estatal para serem preenchidos por correligionários de escassa ou nula competência gerencial, em detrimento de funcionários da companhia que entendiam mais do riscado. Mais um caso típico onde o remédio foi tão ruim quanto a doença...

Além do loteamento político, os Correios sofreram seguidas vezes intervenções esdrúxulas em sua política de tarifas e de distribuição de dividendos, principalmente durante o governo Dilma, agravando a geração de caixa da companhia e levando ao aumento de seu endividamento. Ademais, a má gestão e casos de corrupção na Postalís - fundo de pensão dos funcionários da estatal que sofreu intervenção da Previc em 2017 - exigiram aportes crescentes dos Correios (e de seus funcionários) para cobrir o rombo atuarial do fundo, minando ainda mais a situação financeira da companhia.

Desde 2022, o prejuízo acumulado é de quase R\$ 28 bilhões, com um patrimônio líquido negativo de R\$ 16 bilhões

Os Correios também sofrem com a necessidade de cobrir o pagamento de precatórios trabalhistas em valores elevados, reflexo da má gestão de pessoal ao longo das últimas décadas. Na mesma toada, os gastos com pessoal explodiram, tendo crescido 30% apenas no biênio 2022-2024, notadamente por força de acordos salariais firmados com o consentimento da Justiça do Trabalho.

Por outro lado, os avanços tecnológicos que levaram à obsolescência dos telegramas e das cartas, bem como o avanço do comércio digital e a criação de redes próprias de distribuição de encomendas (Amazon, Mercado Livre etc.) feriram de morte a rentabilidade dos Correios ao qual faltou a capacidade e a competência para acompanhar as rápidas inovações no mercado postal e de logística.

Nesse quadro, e tendo em vista a penúria das contas públicas brasileiras, com o aumento crescente das despesas obrigatórias e redução do espaço para investimentos e despesas discricionárias, na presença de uma elevada carga tributária, a única solução que resta para a problemática dos Correios seria a privatização da empresa, possibilidade aventada desde pelo menos o governo FHC, em meados dos anos 1990. A última oportunidade veio com a inclusão formal da companhia no Plano Nacional de Desestatização (PND) e aprovação de sua privatização pela Câmara dos Deputados em agosto de 2021, durante o governo Bolsonaro.

Infelizmente, num equívoco característico do PT - sempre pronto a defender interesses corporativistas - Lula resolveu em 2023 abandonar esse caminho da privatização, preferindo manter a companhia como sorvedouro do dinheiro público, como mostram os números acumulados pelos Correios desde então. É nesse contexto que as providências adotadas recentemente não terão, a meu ver, o condão de alterar fundamentalmente o declínio dos Correios, pelo menos enquanto prevalecer a mentalidade estatizante do atual governo.

Gustavo Loyola, doutor em economia pela EPGE/FGV, foi presidente do Banco Central e é sócio-diretor da Tendências Consultoria Integrada, em São Paulo. Escreve mensalmente às segundas-feiras. gloyola@tendencias.com.br